



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08124751120208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PAGAMENTO INTEGRAL**

**DO LMI ALÉM DOS R\$ 13.500,00**

Cabe ressaltar que não há que se falar em recebimento de indenização, sem atentar-se que o autor já recebeu conforme a Lei 11.945/2009, ou seja, nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber além deste valor alegando novo sinistro e nova lesão, o que levaria a parte autora a beneficiar-se economicamente as expensas da ré e sob o manto do Poder Judiciário, não podendo receber além do limite máximo indenizável.

Cabe ressaltar que o autor já recebeu o valor de **R\$ 21.291,66**, referente a outro sinistro que ocorreu em 18/09/2005, cujo processo tramitou no 4º JEC DA COMARCA DE BOA VISTA/RR de número 01020099125667, conforme documentos anexos.

Comp 001 Banco 001 Agência 1785 DV 8 CI 4 Conta 844.000-2 CZ 8 Série 001 Cheque N.º 309816 C3 5 B R\$ 21.291,66

Pague por este cheque a quantia de \*\*VINTE E UM MIL, DUZENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS\*\*\*\*\* e centavos

JUIZO DE DIREITO DO 4º JEC DA COMARCA DE BOA VISTA /RR

**BANCO DO BRASIL**

EMPRES. SEN. DANTAS 00.000.000/4374-90 13-EMPRES. SEN. DANTAS-GS13 SENADOR DANTAS 10/5/30

RIO DE JANEIRO 09 de MARÇO de 2010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT CNPJ 09.248.608/0001-04 CLIENTE BANCARIO DESDE 12/2007

309616/ISA/8902/8/200940345301/01020099125667 4º JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/ RR

00127699 0013096165A 79986400023 09-14200

Sendo assim, não há que se falar em hipótese de condenação devido ao valor indenizatório ultrapassar o valor de R\$ 13.500,00, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 845,75(oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Destarte, requer a Ré que o N. Magistrado respeite o LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL DE R\$ 13.500,00 tendo em vista que foram devidamente utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ e que seja julgada improcedente a ação.

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 29 de outubro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**DIEGO PAULI**  
**858 - OAB/RR**